

## MULHERES TRANS NO CÁRCERE:

A relação entre suas trajetórias educacionais e a tessitura de suas identidades

*Penélope Cavalcante  
Denize Sepulveda*

### Resumo

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado e tem por objetivo discutir e apresentar a relação que se estabelece entre a trajetória educacional e a tessitura das identidades de gêneros de algumas mulheres trans privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Para tal, foi preciso investigar como essas mulheres compreendiam seu percurso educacional, através de visitas ao presídio e entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, ressaltamos as especificidades do ser mulher trans dentro do sistema prisional, destacando como elas desenvolvem táticas de resistência nesse espaço. Desde o início da pesquisa, existiam pistas de que a trajetória educacional delas se aproximavam em meio à solidão da pena privativa de liberdade, já que diariamente pessoas trans são excluídas dos espaços formais de educação por conta da transfobia, dos valores religiosos presentes em muitas instituições de ensino e da incapacidade que muitas pessoas apresentam para lidar com as diferenças. Através das pistas, indícios e sinais observados nas visitas, durante as conversas com as detentas e em seus depoimentos foi possível compreender como as experiências educacionais dentro e fora do sistema interferiram em suas tessituras identitárias, nos ajudando a pensar como o sofrimento e a exclusão causados pela transfobia no ambiente escolar têm reflexos muitas vezes irreversíveis na vida das pessoas trans.

**Palavras-chave:** mulheres trans; sistema prisional; trajetória educacional; tessituras identitárias.

## TRANS WOMEN IN PRISON:

The relation between their educational path and their weaving identities

### Abstract

This article is part of a master's research and aims to discuss and present the relationship established between the educational trajectory and the weaving of some trans women's gender identity who were deprived of liberty in the state of Rio de Janeiro. To do so, it was necessary to investigate how these women understood their educational path, through visits to the prison and semi-structured interviews. Thus, we highlight the specificities of being a trans woman within the prison system, highlighting how they develop resistance tactics in this space. Since the beginning of the research, there were leads that their educational path got them close to each other amidst their penalty loneliness, whereas in a daily basis trans people are excluded of formal educational spaces because of transfobia, religious values present in many educational institutions and the inability that many people have to deal with differences. Through the leads, evidences and signs observed during the visitations, over conversation with the inmates and in their statements it was possible to understand how their educational experiences inside and out of the system interfered in their weaving identities, leading us to think how the suffering and the exclusion caused by transfobia in the school environment has many times irreversible reflex on trans people's lives.

**Keywords:** Trans women. Prison system. Educational path. Weaving Identities.

## MUJERES TRANS EN LA CÁRCEL:

La relación entre sus trayectorias educativas y el tejido de sus identidades

### Resumen

Este artículo es parte de una investigación de maestría y tiene como objetivo discutir y presentar la relación que se establece entre la trayectoria educativa y el tejido de las identidades de género de algunas mujeres trans privadas de libertad en el estado de Río de Janeiro. Para ello, fue necesario investigar cómo estas mujeres entendían su trayectoria educativa, a través de visitas a la prisión y entrevistas semiestructuradas. Así, destacamos las especificidades de ser mujer trans dentro del sistema penitenciario, destacando cómo desarrollan tácticas de resistencia en este espacio. Desde el inicio de la investigación, hubo indicios de que su trayectoria educativa los acercó a la soledad de la privación de libertad, ya que las personas trans cotidianas son excluidas de los espacios de educación formal debido a la transfobia, valores religiosos presentes en muchas instituciones de enseñanza y educación. la incapacidad que tienen muchas personas para afrontar las diferencias. A través de las pistas, señales y señales observadas en las visitas, durante las conversaciones con los detenidos y en sus testimonios, se pudo comprender cómo las experiencias educativas dentro y fuera del sistema interfirieron en su tejido identitario, ayudándonos a pensar cómo el sufrimiento y la exclusión provocada por la transfobia en el ámbito escolar, suelen tener efectos irreversibles en la vida de las personas trans.

**Palabras clave:** mujeres trans; sistema penitenciario; trayectoria educativa; fabricaciones de identidad.

### EDUCAÇÃO E TRANSGENERIDADE

Há décadas a escola vem sendo tratada como uma das principais estruturas do Estado, cumprindo a função de disciplinar, docilizar e homogeneizar os corpos, preparando as alunas e os alunos, principalmente, para o mercado de trabalho. O modelo regulador adotado pela maioria das instituições educacionais está enraizado tão profundamente na sociedade, que se mostra muito resistente às novas formas de ser e viver, o que dificulta mudanças de padrões e projetos educacionais, afastando cada vez mais aqueles<sup>1</sup> que não se encaixam no perfil de "alunx padrão". Especificamente em relação às questões identitárias dxs alunxs, a tentativa de homogeneização e manutenção dos padrões binários de gênero e sexualidade dentro do ambiente escolar e, conseqüentemente a docilização dos corpos, fazem parte do currículo, ainda que não estejam expressamente representadas.

Carvalho (2009, p.17), em seu estudo sobre identidades de gênero no currículo educacional, atesta que

os currículos investigados investem repetidamente sobre as identidades infantis por meio da apresentação dos modelos padrão de feminilidades e masculinidades, reiterando marcas amplamente divulgadas e aceitas em nossa sociedade, dentro dos processos de normalização de condutas (CARVALHO, 2009, p.17).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) com adolescentes e jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans (ou outra orientação sexual não heterossexual e/ou identidade de gênero não cisgênero<sup>ii</sup>), 43% dos estudantes se sentiam inseguros/as na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero; 48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos<sup>iii</sup> feitos por seus pares; 55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans; 68% foram agredidos/as verbalmente na instituição educacional por causa de sua identidade/expressão de gênero e 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. Esses dados evidenciam o quanto a escola, que deveria representar um local de acolhimento, socialização e respeito ao próximo, na verdade tem mostrado extrema dificuldade em lidar com as questões relativas às identidades de gênero e sexualidades. Esse despreparo acaba permitindo que episódios de *bullying*<sup>iv</sup>, preconceito e violência continuem acontecendo contra xs estudantes que se identificam como LGBTQIS+ – o que, muitas vezes, xs levam a abandonar a escola por conta de sentimentos como insegurança, vergonha e medo. Algumas tentativas têm sido feitas buscando promover a inclusão das travestis e das transexuais no espaço escolar, mas ainda vão ao encontro de preconceitos de todos os tipos, não só nos currículos e projetos educacionais, mas também nas relações interpessoais. Isso porque ainda persistem sentimentos de estranhamento, medo e insegurança.

As referências de que dispomos são coletadas por meio de nossas participações em diversos encontros nacionais e regionais de travestis e transexuais, onde são frequentes os relatos de TTT (travestis, transexuais e transgêneros) a respeito de suas vivências nas escolas. Confirmando nossa exposição, todas as TTT, sem exceção, descrevem dificuldades e enfrentamentos que precisaram e precisam viver para se manterem dentro das escolas, sendo as cenas mais frequentes nos períodos de estudos básicos e secundários, mesmo porque, quando adentram nas universidades, já são pessoas mais maduras e mais esclarecidas frente às violações de seus direitos como cidadãs. Porém, nas universidades também se faz presente uma carga muito intensa de travestifobia/transfobia/lesbofobia/homofobia, que muitas das vezes se tornam corresponsáveis pelo abandono ou exclusão dessas pessoas que não chegam a concluir seus estudos. Para as travestis resistentes, que concluem seus cursos, ainda resta a concorrência no mercado de trabalho.

Se para as pessoas de orientação heterossexual e com identidade de gênero ajustada ao seu sexo biológico já está difícil, para as TTT fica mais complicado ainda (PERES, 2010, p.64).

A partir dessas inquietações acerca da elevada evasão escolar das pessoas trans, faz-se necessário destacar as dificuldades que essa categoria tem em terminar sua escolarização, frequentar o ensino superior e até mesmo conseguir um emprego, pois, ao invés de incluí-los, a escola acaba sendo mais um instrumento de exclusão.

A escola, dentro dessa lógica, passa a ser um instrumento de exclusão de alguns indivíduos, auxiliando, assim, na produção da exclusão social. Baseando-me no pensamento de Marx e Foucault, posso inferir que os grupos sociais e os indivíduos em situação de desigualdade social acabam sofrendo muitas vezes processos e procedimentos de exclusão social. Santos (2006) aponta que, na modernidade capitalista, o racismo e o sexismo são elementos próprios da desigualdade e da exclusão (SEPULVEDA, 2012, p.63).

Este cenário torna o ambiente hostil e leva inúmeras estudantes travestis e transexuais à expulsão escolar. De acordo com a nota pública<sup>v</sup> divulgada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em agosto de 2018,

a realidade de nosso país concentra 82% de exclusão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que estamos expostas no trânsito do dia a dia. Infelizmente ainda temos uma minoria de nossa população que consegue acessar o ensino superior e que mesmo assim não tem garantida a permanência frente aos desafios postos. Vivemos uma triste realidade onde há, até hoje, apenas 15 doutoras Trans no país. Estima-se ainda que apenas 0,02% da população Trans esteja nas universidades e precisamos de ações que visam garantir o acesso e a permanência de mais travestis e transexuais a fim de que outras pessoas possam sonhar em cursar uma universidade e se tornarem doutores e doutoras, caso desejem (ANTRA, 2018, p.1).

A partir destes dados e da pesquisa de campo por nós realizada, podemos sinalizar que a maioria das travestis e transexuais que, por qualquer motivo, chegam ao sistema prisional, possui uma defasagem em sua escolaridade e, por isso, a educação ofertada dentro

das penitenciárias é de extrema importância para que essas pessoas possam, de fato, ser reinseridas na sociedade após o cumprimento da pena que lhes foi designada. Todavia, para que isso seja possível, não pode, de forma alguma, reproduzir o ambiente excludente e transfóbico vivenciado ao longo da vida escolar dessas pessoas.

Se as dificuldades mencionadas acima já ocorrem com essa parcela da população nas escolas e universidades, nos questionamos sobre o que deveria acontecer no universo prisional e, mais especificamente, sobre como se dão os seus processos de escolarização nas instituições que atendem os presídios? Entendemos a prisão como reflexo da sociedade em que está inserida, nossas indagações giravam em torno de entender se seria possível oferecer um ambiente escolar acolhedor e respeitoso atrás das grades. Além disso, eram alvos de nossas preocupações compreender se a experiência da educação prisional diferia da vivência escolar vivenciada por essas pessoas em liberdade e se a educação instituída no contexto do cárcere seria, de fato, um diferencial na ressocialização.

### **Transfobia: uma abordagem a partir da influência de uma sociedade machista e feminicida**

Neste momento torna-se importante analisar as relações que se estabelecem entre a transfobia, a violência contra a mulher e o machismo presente historicamente em nossa sociedade. Assim, pensaremos como a construção histórica do machismo, através da reprodução da ideia de que a mulher é inferior ao homem, se relaciona com a questão da transfobia. Ou seja, como a construção da inferioridade da mulher cisgênero contribui ou se relaciona com os preconceitos sofridos pelas mulheres trans e travestis.

A solidão enfrentada pela maioria das mulheres trans nos diversos âmbitos da vida fica cada vez mais evidente ao acompanhar o espaço que elas vêm conquistando e legitimando com muita luta. O preconceito, a intolerância, a LGBTIfobia (mais precisamente a transfobia) e o conservadorismo enraizados na construção histórica do Brasil foram os principais combustíveis para o silenciamento e a exclusão daquelas que não se encaixam na lógica do binarismo de gênero. A transfobia se configura por atitudes de discriminação e preconceito motivadas por sentimentos ou ações contra pessoas travestis, transexuais, não binárias, agêneras e outras identidades que estão na ramificação ou a qualquer identidade das pessoas transgêneras. É expressa por ações hostis em relação a esse segmento e pode ser

causada por repulsa emocional, medo, violência, raiva, desconforto e discursos de ódio motivados pela não aceitação dessas expressões de gêneros – seja por questões religiosas, desconhecimento, moralismo ou alienação. Nesse sentido, assemelha-se ao racismo e ao sexismo.

Tem sido utilizado o termo “transfobia” para se referir a preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas transgênero, de forma geral. Muito ainda tem de ser enfrentado para se chegar a um mínimo de dignidade e respeito à identidade das pessoas transexuais e travestis, para além dos estereótipos (JESUS, 2012, p.23).

Segundo Sepulveda e Sepulveda (2016a), vivenciamos uma intensificação do discurso conservador na sociedade brasileira, que vem ganhando força e se manifesta a partir da reprodução da LGBTQIfobia.

Em relação ao conservadorismo, é necessário enfatizar que Sepulveda e Sepulveda (2019b, p.64) o entendem como uma categoria histórica, derivada de processos cujos resultados são diferenciados ao longo do tempo.

[...] o conservadorismo é um termo historicamente construído que tem como retórica principal a tese de que todos são diferentes e que a desigualdade social é também natural. A visão conservadora de mundo se posiciona de forma ativa contra as lutas sociais por igualdade. Dessa forma, alguns grupos sociais são vítimas do ódio, do preconceito e da violência, como é o caso das mulheres (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019a, p.64).

Assim, não se pode pensar no conservadorismo enquanto categoria estática, nem sociológica, nem antropológicamente. A história foi marcada por inúmeras disputas, especialmente por aquilo que chamamos de luta de classes. Nas disputas por poder, o conservadorismo aparece como um importante elemento na construção dos interesses e da própria consciência de classe. Nesse processo, estão em disputa não somente as condições materiais de sobrevivência, mas também condições simbólicas, de diferentes naturezas.

Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o

início como um resultado de relações de produção (THOMPSON, 2001, p. 274).

Para Sepulveda e Sepulveda (2019b, p.873), a partir do momento em que se tem uma consciência de classe mais desenvolvida, as crianças e xs jovens podem ser “socializadx”, em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições dessa formação.

A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista; ou, ainda, sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes (THOMPSON, 2012). A opção de Thompson (2012) de romper com a tradição marxista ortodoxa, que coloca em oposição a base e a superestrutura, é fundamental para o argumento que defendemos neste trabalho. Não é possível entender o conservadorismo desvinculando-o dos interesses de classe, mas não é só isso. O conservadorismo é reproduzido como argumento de uma retórica que ultrapassa as questões de classe, encontrando os motes abstratos de sobrevivência que estão em disputa no campo da cultura, em especial nas diferentes demandas dos grupos minoritários: mulheres, lésbicas, gays, negrxs etc. Isso não quer dizer que a luta de classes desapareça. Ela simplesmente se torna mais complexa, com mais variantes ocorrendo em diversos espaços sociais.

Sendo assim, é importante destacar que as mulheres que fazem parte desta pesquisa pertencem a grupos minoritários e são vítimas de preconceitos oriundos do pensamento e da retórica conservadora presente na atual sociedade brasileira. Ao justificar a escolha das mulheres trans e travestis para esta pesquisa, um dos argumentos que utilizamos foi a ideia de que essas mulheres sofrem vários tipos de preconceitos atrelados dentro do sistema prisional, o que agravaria o desrespeito e as violências sofridas no contexto do cárcere. Elas sofreriam preconceito por estarem presas, por fazerem parte da população LGBTQIS+ e, especificamente, por serem mulheres travestis ou transexuais, o que, no (preconceituoso) imaginário social, não passa de um “homem se vestindo de mulher”.

Sem dúvidas, os homens trans também sofrem inúmeras violências e preconceitos dentro e fora do sistema prisional, mas neste estudo nos debruçaremos sob as questões específicas da construção do que é “ser mulher”, tendo em vista que vivemos numa sociedade machista, com heranças da cultura patriarcal. Por isso, além da discussão central da

transfobia, acreditamos que xs autorxs escolhidxs para compor o referencial teórico deste trabalho também nos ajudam a desenvolver essa questão, que julgamos ser importantíssima.

Em relação ao machismo, podemos enfatizar que está intrinsecamente ligado à cultura patriarcal presente em muitas sociedades. Esta é desenvolvida no interior de um sistema social em que homens adultos mantêm o controle, o poder e a liderança política. Por esse motivo, possuem a autoridade moral, gozam de privilégios e têm o controle das propriedades (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019a). Consideramos este conceito fundamental para a tessitura deste artigo, pois compreendemos que uma vez que se identificam como mulheres em uma sociedade historicamente machista e patriarcal, as trans também sofrem com os efeitos e consequências do sexismo.

Um exemplo dessa questão diz respeito ao feminicídio. Segundo Sepulveda (2020), durante os três primeiros meses do governo do presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2019, foi possível observar no Brasil um aumento do número de feminicídios, ou seja, um crescimento nos índices de perseguição e assassinato intencional de determinadas vítimas pelo simples fato de serem mulheres. Essa conjuntura pode ter sido impulsionada e alimentada pelo discurso de ódio do próprio chefe de Estado em relação às mulheres. Tal tipo de comportamento pode ocorrer também através de agressões verbais, psicológicas e físicas, como a tentativa ou consumação de estupro (muitas vezes dentro da própria casa da vítima, praticada por familiares, namorados, maridos, pais ou conhecidos). Trata-se, portanto, de crime de ódio contra as pessoas do gênero feminino e contra tudo que esteja relacionado a elas.

O feminicídio é o crime praticado contra a mulher por esta pertencer ao gênero feminino. Cada vez mais, esse termo ganha destaque no cenário nacional [...]. O feminicídio é o termo empregado para designar o assassinato de uma mulher pelo simples fato de esta ser mulher. Dessa forma, é uma violência em razão do gênero. De início, etimologicamente o vocábulo femi emana de femin-, de origem grega (phemi), significando "manifestar seu pensamento pela palavra, dizer, falar, opinar", e -cídio resulta do latim -cid/um, que remete à expressão "ação de quem mata ou o seu resultado" [...]. Esses casos decorrem, geralmente, por parceiros ou ex-parceiros que, por diversos motivos, matam suas companheiras. Exemplificando, quando possuem sentimento de posse, inconformismo com o fim da relação ou pelo fato da mulher trabalhar fora do lar conjugal, dentre outros pretextos (SALIBA II, 2014,s/p)<sup>vi</sup>.

É importante enfatizar que o termo feminicídio é uma palavra nova utilizada para nomear uma prática antiga contra às mulheres, já que muitas morrem de maneiras trágicas todos os dias no Brasil e no mundo, como pode ser visto nos exemplos a seguir.

Selma Santos Silva, de Salvador. Era dia 16 de janeiro e ela vendia acarajé com a mãe pelas ruas da capital baiana, quando uma bala a perfurou e a matou. Testemunhas relatam que Selma foi atingida pelo ex-marido, Sérgio Santos Reis, que se matou em seguida. Os dois haviam se separado e estavam discutindo quando teriam começado as agressões (CANDIDO, 2019, s/p)<sup>vii</sup>.

Um dos casos de feminicídio íntimo desse semestre ocorreu em Guarulhos, na Grande São Paulo, quando um homem matou a mulher a facadas após uma discussão. De acordo com a polícia, Wladimir Oliveira da Silva, de 51 anos, estava em um bar por volta das 21h, quando decidiu voltar para a casa. Na residência, o homem brigou com a esposa, Valdikelle Maria Silva, de 31 anos, e depois a esfaqueou. Segundo os policiais, três crianças estavam dentro da casa na hora do crime, mas a polícia não confirma se são filhos do casal. Após esfaquear a esposa, o homem tentou se matar, também com golpes de faca. Ele foi levado para o Hospital Geral de Guarulhos (MERELES, 2018, s/p)<sup>viii</sup>.

Os crimes são estupefacentes. Em 22 de abril, uma embarcação encontrou o corpo de uma mulher dentro de uma mala flutuando no rio Oise, em Neuville, ao norte de Paris. Era o cadáver de Marie-Alice, de 53 anos, uma consultora que os investigadores acreditam ter sido assassinada por seu parceiro, que escondeu o corpo com a ajuda de seu filho. Marie-Alice é uma das 115 mulheres assassinadas na França no decorrer do ano pelo companheiro, ou ex-companheiro, de acordo com uma investigação da AFP. Em 2018, o número de vítimas chegou a 121. No planeta, a Ásia lidera a triste lista de mulheres assassinadas (20.000) por seus parceiros, ou familiares, em 2017, seguida pelo continente africano (19.000), América do Norte, Central e do Sul (8.000), Europa (3.000) e Oceania (300), de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Mas é na África (África do Sul, Senegal, República Democrática do Congo, entre outros) que as mulheres "correm mais risco de assassinato por seu companheiro ou um integrante de sua família" (69%), de acordo com a ONU<sup>ix</sup>.

O feminicídio é proveniente das práticas machistas, que são resultado de uma cultura patriarcal. Trata-se do comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo a figura masculina sobre a feminina. Assim, machista é aquele que exerce o machismo. Para saber como esses processos influenciam a vida das travestis e das transexuais, entrevistamos algumas dessas mulheres, enfatizando como se desenvolveram suas experiências socioeducacionais antes, durante e depois da passagem pelo sistema prisional. É sobre essas experiências que a próxima seção se debruçará.

### **A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DAS PESSOAS DA PESQUISA**

Esta seção concentra a principal questão norteadora da pesquisa: a relação entre a trajetória educacional das mulheres trans antes de entrarem no presídio e suas histórias de vida. Trata-se de uma das nossas maiores inquietações e do eixo onde nossa hipótese se centra na busca por pistas, indícios e sinais sobre a importância da educação na vida dessas mulheres. Das dezesseis entrevistadas, apenas três relataram ter terminado o Ensino Médio. A transfobia e o preconceito aparecem em inúmeras falas, apontando que, de fato, o sistema educacional como está posto está expulsando a população trans.

Além disso, podemos perceber também uma naturalização dessa agressão diariamente imposta, visto que em nenhuma das falas se responsabiliza escola ou a algum(a) profissional da instituição (seja pelas violências ou pela falta de atitude para defendê-las). A culpa sempre é vista como delas mesmas ou dxs outrxs alunxs. Nos relatos, percebemos pistas de que comportamentos como implicâncias, xingamentos, agressões, piadas e coisas do tipo contra alunxs trans são tidos como normais e até mesmo “esperados”, já que seriam “consequência” do fato delxs serem diferentes.

*Eu estudei até a quinta série, depois não quis mais estudar. De lembranças da escola eu tenho as brincadeiras, piadas, agressões por eu ser diferente. Cheguei a bater num menino e minha mãe foi chamada na delegacia. Essa implicância começou quando eu tinha uns 10, 11 anos porque eu pedia para me chamarem de Mirandinha. Minha mãe foi chamada na escola por causa disso e disse para a diretora que era por causa do meu sobrenome, mas a diretora disse que não, que tinha algo errado comigo. Mas eu não culpo a escola por ter abandonado os estudos. Eu matava aula e brigava muito, acho que teria saído de qualquer jeito. Sempre soube que se eu estudasse seria alguém na vida. Hoje eu faria diferente, sou mais madura.*  
(Bruna, 24 anos)

*Eu nunca estudei. Pedía comida de casa em casa lá na Paraíba para a minha família porque a gente era muito pobre. Entrei para a prostituição com 13 anos e depois de um tempo fugi de casa e fui para Belo Horizonte com uma amiga. Eu não sabia nem assinar, só fui aprender a ler aqui no sistema. (Camila, 36 anos)*

*Estudei só até a quarta série. Saí por causa do preconceito por parte dos alunos, que chegaram a me agredir muitas vezes. Minha mãe ia na escola quase todo dia reclamar. A escola não fazia nada e ainda dizia que, se continuasse assim, eu só ia poder entrar acompanhada pela minha família. Até que um dia um “amigo” da escola cortou minha perna enquanto me xingava de “viado escroto”. Quando fui cortada e a escola não fez nada, abandonei, peguei trauma da escola. Para mim era muito importante estar na escola, queria terminar os estudos, queria ser professora. (Beatriz, 22 anos)*

*Lá fora eu estudei até o 1º ano do Ensino Médio. As amizades ruins e as drogas me levaram a abandonar, mas a escola era boa, tinha um aprendizado legal. Lembro que tinha inglês, sociologia, filosofia, educação física, era legal. Eu sofri preconceito na escola, no trabalho. A gente vive isso em todos os lugares. Também contribui para eu abandonar [a escola]. Os colegas riam, achavam graça, me viam como um passatempo. Meu sonho era ser veterinária ou trabalhar num estaleiro para ganhar mais dinheiro. Quando eu sair daqui quero fazer cursos no SENAC para não ficar sem trabalho. [Aulas] de confeitaria, de bolo, de solda, do que der para fazer. (Júlia, 30 anos)*

*Só estudei até a quinta série. Alguns preconceitos frustram a gente, mas a gente tem que continuar seguindo. Eu só consegui até a quinta série. Hoje eu leio pouco e escrevo pouco. Acho que se eu soubesse ler e escrever bem, não estaria aqui hoje. Eu já estava velha, com dezoito anos, porque entrei tarde na escola. Minha mãe trabalhava e eu tinha que ficar com meus irmãos. Ainda estudava muito longe de casa. O futuro é assim mesmo, não tinha tempo, não conseguia prestar atenção. Os professores eram ótimos, mas dos alunos já levei até na cara. Um menino passou a mão na minha irmã, eu bati nele e no outro dia ele levou uma faca para me matar. Eu ia para a escola para tentar, mas não entrava na minha mente. No final eu ia para comer, beber, brincar e pelo bolsa família. Aí nessa fase começaram as más companhias e as drogas. (Natália, 26 anos)*

*Saí da escola na oitava série porque tenho uma outra irmã travesti que casou com um italiano. Aí saí da escola para me prostituir na Europa. Passei cinco anos, depois mais dois. Eu ia e voltava. Larguei a escola porque queria minha independência, achava que já tinha aprendido bastante e naquela época era difícil um travesti encontrar emprego. Hoje*

*em dia a gente vê travestis nas novelas. Conheço uma que é advogada, agora é mais fácil. (Maria, 32 anos)*

Os depoimentos referentes a esse ponto são emocionantes e trazem questões que precisam ser expostas e discutidas, já que, muitas vezes, as pessoas só têm acesso aos dados referentes à ‘suposta’ evasão escolar das pessoas trans, mas não têm a oportunidade ou a vontade de ouvi-las para entender como se deu essa ruptura no caminho.

A evasão escolar acontece em média quando a pessoa completa 13 anos de idade. Neste momento, são elas expulsas de casa pelos pais ou tutores e, sem amparo legal, passam a viver nas ruas. Como reflexo, estimou-se que, em 2018 no Brasil, cerca de 0,02% estavam na universidade, 72% não possuíam ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental. (EXAME, 2020)

Podemos perceber, através das entrevistas, que estes dados se confirmam e que a maioria das detentas não encontrou na escola um espaço acolhedor, que buscasse compreender suas especificidades e ajudá-las quando ocorria um ato transfóbico. (ANDRADE, 2012).

As detentas que procuraram ajuda ao sofrerem práticas transfóbicas receberam da escola respostas que, de certa forma, as responsabilizavam pelas violências das quais elas mesmas eram vítimas. Não houve um movimento da instituição no sentido de modificar suas práticas para que pudesse mudar a realidade daquelas meninas, fazendo com que a violência acabasse.

É possível distinguir, num primeiro momento, dois tipos de relatos: detentxs que não conseguiram terminar os estudos devido às agressões, à transfobia e ao preconceito, que as fizeram abandonar a escola; e presxs que não conseguiram concluir sua educação por conta de questões sociais, como, por exemplo, a pobreza, a necessidade de trabalhar, o abandono familiar etc.

Em relação ao primeiro grupo, as violências sofridas por conta da identidade de gênero foram tão poderosas, que; ao se verem invisibilizadas, constrangidas, violentadas e desamparadas; a única saída enxergada foi abandonar a escola.

Não por acaso, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais são constantes na vida escolar das pessoas que de algum modo são identificadas como LGBT ou, mais genericamente, como não-heterossexuais. Estas pessoas veem-se, desde cedo, às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes. Tais “brincadeiras” são poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. Por meio dessa pedagogia, estudantes aprendem a mover as alavancas da homofobia mesmo antes de terem a mais vaga noção do que elas significam (SULLIVAN, 1997). Não raro, garotos são alvo de escárnio por parte de colegas e professores/as antes de se identificarem como “gays”. Com seu nome escrito em banheiros, carteiras e paredes da escola, o “veadinho da escola” permanecerá alvo de zombaria, comentários e variadas formas de violência ao longo de sua vida escolar. E mais: tais brincadeiras ora camuflam ora explicitam injúrias e insultos, que são jogos de poder que marcam a consciência, inscrevem-se no corpo e na memória da vítima e moldam suas relações com o mundo (JUNQUEIRA, 2009, p.214)

Nos depoimentos de Beatriz e Eloá, por exemplo, podemos notar uma importância atribuída à escola e uma grande vontade de terminar os estudos. Isso nos mostra que a trajetória dessas mulheres, em muitos casos, é interrompida de maneira abrupta devido à transfobia, à intolerância e outras práticas violentas. Por isso, é necessário desconstruir a ideia de que existe uma “evasão escolar” da população trans por razões outras – ou, ainda pior, de que elxs simplesmente não estão na escola porque não querem estudar.

O relato de Maria ressalta a relevância da representatividade da população trans, que vem aumentando nos últimos anos, graças à conquista dos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento das pessoas LGBTQIS+, reivindicando cada vez mais espaço para elxs em todos os setores da sociedade.

Por fim, um ponto que chama a atenção e gera preocupação em alguns relatos é a revelação de que muitas delas tentaram colocar o nome para estudar em algum dos presídios por onde passaram, mas nunca chegaram a ser chamadas. A educação é um direito dx apenadx e, por isso, deveria ser oferecida em todos os presídios do Brasil, atendendo integralmente à população carcerária, conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal, em seu Capítulo II, Seção V.

### **Breves considerações**

Neste artigo, procuramos focar na questão da transgeneridade e suas especificidades em relação às questões educacionais. Iniciamos o artigo trazendo algumas questões específicas sobre a relação entre educação e identidade de gênero, ressaltando como, segundo os dados que obtivemos e pesquisas anteriores, a escola não tem se mostrado um lugar acolhedor para a população LGBTQIS+ de um modo geral. O fato de alunas trans romper a norma binária de gênero torna o ambiente escolar um cenário hostil, no qual elas raramente conseguem permanecer até a conclusão dos estudos. Os dados apresentados apontam a situação alarmante relativa à educação da população trans, que raramente consegue completar todas as etapas de sua escolaridade por conta da transfobia ou devido a questões sociais, que, na maioria das vezes, estão ligadas à transgeneridade.

Dessa forma, trazemos a questão referente à educação das pessoas trans encarceradas, já que muitas delas chegam ao sistema prisional com uma grande defasagem em relação à escolaridade e se deparam com problemas relativos ao cumprimento do direito à educação garantido pela Lei de Execução Penal.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: Secretaria de Educação ABGLT, 2016.

ASSOCIAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Nota pública da ANTRA em apoio ao NEP-DH e PPDH da UFRJ, frente à política de cotas para pessoas trans e em repúdio a tentativa de perseguir o acesso de nossa população à Universidade. Salvador, 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 out 1988.

CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. Relações de gênero no currículo da educação infantil: a produção das identidades de princesas, heróis e sapos. 2009.170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FILIPPE, Marina. Onde estão as pessoas trans? Exame. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/onde-estao-os-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FREITAS, José Guilherme de Oliveira. *No quadro – o tema diversidade sexual na escola, como foco na homossexualidade: nas carteiras escolares os professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. In: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. In: Espaço do currículo, v.2, n.2, pp.208-230, set. 2009.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis, escolas e processos de subjetivação. In: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v.12, n.2, jul./dez. 2010.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

SEPULVEDA, Denize. *Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Políticas conservadoras, direitos humanos e os movimentos feministas. In: SEPULVEDA, Denize; GARCIA, Alexandra; CORRÊA, Renan. *As Redes Educativas e as Tecnologias: liberdade acadêmica, produção e circulação de conhecimentos*. Petrópolis: DP et Alii, 2020.

SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denize. As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença. In: Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 14, p.1258-1287, 2016b.

\_\_\_\_\_. O Pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. In: Revista Teias (UERJ. Online), v.17, n.47, p.141-154, 2016a.

\_\_\_\_\_. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. In: Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019b.

\_\_\_\_\_. Trabalhando questões de gêneros: criando e recriando currículos para a valorização do feminino. In: Periferia, v.11, n.4, p.58-80, set./dez, 2019a.

Políticas conservadoras, direitos humanos e os movimentos feministas.

THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). *E. P. Thompson. A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

YORK, Sara Wagner. / GONÇALVES Junior. Sara Wagner Pimenta. *TIA, VOCE É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "sistemas"*. Programa de Pós-Graduação em Educação. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

*Submetido em janeiro de 2021*  
*Aprovado em fevereiro de 2021*

### Informações das autoras

Nome do Penélope Cavalcante Santana  
Afiliação institucional Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
*E-mail:* penelopecavalcante@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3853-3526>  
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1549989180611934>

Nome segunda autora: Denize Sepulveda  
Afiliação institucional Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
*E-mail:* denizesepulveda@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>  
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9823519245400422>

<sup>i</sup> O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo PERROT (2019, p.21) a linguagem, a gramática, contribui para o apagamento das mulheres na história, pois quando “há a mistura de gêneros, usa-se o masculino o plural: eles dissimulam elas”. Se por um lado havia grupos de pessoas reclamando da inclusão do uso do “x” como marcador de ausência/abnegação de gênero nas palavras, por outro lado tínhamos leitores mecânicos para cegos que não acessavam tais palavras. O “x” não é apenas uma forma de adaptação morfema-grafema, o X é a negação da genitalização dos sujeitos e das palavras. Um resgate histórico pelo direito a não sexuação dos seres, como fora negado às pessoas Intersexos ao longo da história, logo se existe uma incapacidade do leitor em ler essas agonísticas no campo estético e político, o que deve ser melhorado é a tecnologia que permite a leitura e não a luta de um determinado grupo, em detrimento a outro. O “x” enquanto quiásmo, refere-se com encontro apical de duas retas que eclodem criando sentidos a outras formas negadas de uma desinência de gênero e suas compreensões. Dizer que um grupo não consegue lê-lo, significa diminuir a luta de um grupo, diante de um problema apresentado pelo leitor de textos e não por tal coletivo (YORK, 2020).

<sup>ii</sup> (Segundo Sant’Anna, 2027, s/p) já passou da hora de abandonarmos a ideia de que “cisgênero” é o indivíduo que se identifica com o gênero designado no nascimento. Isso só é verdade até certo ponto, até certa camada de análise. Ninguém se identifica totalmente com esse amontoado de informações que caracterizam as figuras sociais vigentes (homem e mulher), até porque se narrar a partir disso seria reafirmar essas organizações, quando o que buscamos e fazemos é justamente contestá-las. Todo sujeito, cis ou trans, tensiona as categorias acima, porque os processos de reconhecimento se dão em um jogo de aceitação e rejeição mútua e inconstante, variando apenas a intensidade das rejeições, que deslocam uns e alocam outros, mas toda identidade sustenta ambivalência nesse jogo. Ninguém é homem ou mulher porque simplesmente se identifica com os estereótipos desses gêneros. Esse é um artifício da retórica extraído das brechas que a definição amplamente utilizada de cisgeneridade deixou. As pessoas se reconhecem dentro das categorias de gênero de acordo com a soma de diversos fatores que não podem ser listados, fixados ou universalizados, porque cada experiência colocará um peso e uma medida para determinada característica de gênero. Cisgênero é o sujeito que tem sua identidade de gênero respeitada e legitimada pela sociedade e Estado desde o nascimento. É condição sociopolítica que marca privilégios. Não é sobre aceitar tudo o que dizem que é próprio do seu gênero. Não é sobre identificar-se, pelo menos não da maneira como essa identificação é interpretada, como algo arbitrário e esporádico. É sobre reconhecer-se homem ou mulher e ter esse reconhecimento protegido pela cisonormatividade, graças à autoridade que a relação identidade x sexo confere dentro desse sistema de expectativas. Disponível em: [https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-identidade/#targetText=Cisgeneridade%20e%20identidade&targetText=J%3%A1%20passou%20da%20hora%20de,at%3%A9%20certa%20camada%20de%20an%3%A1lise](https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-identidade/#targetText=Cisgeneridade%20e%20identidade&targetText=J%3%A1%20passou%20da%20hora%20de,at%3%A9%20certa%20camada%20de%20an%3%A1lise.). Acesso em: 15/01/2021.

---

<sup>iii</sup> Esse termo diz respeito à hostilidade, ato ou manifestação de ódio ou rejeição direcionada a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

<sup>iv</sup> O termo *bullying* abrange todas as maneiras agressivas, propositais e repetidas, que acontecem sem motivo manifesto, desferidas por um ou mais estudantes contra outra(s) ou outro(s), acarretando medo, dor, agonia e angústia, e sempre efetuadas numa relação desigual de poder. Assim, os atos constantemente repetidos entre estudantes e o desequilíbrio de poder são as características fundamentais que possibilitam a intimidação da vítima. Portanto, as práticas de *bullying* sempre envolvem o agressor, o agredido e a plateia (FREITAS, 2010).

<sup>v</sup> Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/08/nota-publica-apoio-cotas-ufri.pdf>>. Acesso em: 14/01/2021

<sup>vi</sup> Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31359/o-que-e-feminicidio>>. Acesso em: 25/01/2021.

<sup>vii</sup> Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/24/sonho-com-ela-quem-sao-as-mulheres-mortas-por-feminicidio-em-2019.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 28/01/2021.

<sup>viii</sup> Disponível em: <<https://www.politize.com.br/feminicidio/>>. Acesso em: 28/01/2021.

<sup>ix</sup> Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/afp/2019/11/19/feminicidio-uma-praga-mundial-e-persistente.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 26/06/2019.